

SUMÁRIO

Parte I

CAPÍTULO 1 – VALOR DA CIÊNCIA: CIENTIFICAMENTE..... 35

Pedro Demo

1.1. Ciência controversa	36
1.2. Ciência relativamente válida	40
1.3. Ciência pequena.....	42
Conclusão.....	45
Referências	45

CAPÍTULO 2 – O QUE É CRIMINOLOGIA?..... 49

Waldek Fachinelli Cavalcante

Referências	53
-------------------	----

CAPÍTULO 3 – COMO ESCREVER UMA HISTÓRIA DA CRIMINOLOGIA?: UMA SÍNTESE SOBRE MANUTENÇÕES E TENSIONAMENTOS 55

Danilo dos Santos Rabelo e Ygor Santos de Santana

Introdução.....	55
3.1. Bases históricas da criminologia.....	56
3.1.1. Escola clássica: germina-se uma ciência penal	56
3.1.2. Escola positiva: brota a criminologia	58
3.2. O início de um giro analítico: entre as teorias psicanalíticas, do desvio/anomia e das subculturas criminais	60
3.3. Criminologia crítica: do “labeling approach” aos novos e necessários tensionamentos.....	63
3.3.1. O estudo da reação social: o labelling approach enquanto a consolidação de um novo paradigma analítico.....	63
3.4. A criminologia crítica: por uma economia política analítica da pena e do controle social	64
3.5. O tensionamento da criminologia crítica: as contribuições da crítica radical negra à formação histórico-punitiva brasileira.....	66
Conclusões.....	69
Referências	70

CAPÍTULO 4 – RELAÇÃO DA CRIMINOLOGIA COM OUTRAS CIÊNCIAS..... 73

David Pimentel Barbosa de Siena e Rafael Francisco Marcondes de Moraes

Referências	76
-------------------	----

CAPÍTULO 5 – DA ESCOLA CLÁSSICA ÀS NOVAS CRIMINOLOGIAS: OS OBJETOS E FUNÇÕES DA CRIMINOLOGIA NA ANÁLISE DOS FENÔMENOS SOCIAIS 77

Marcos Aurélio Sloniak

Introdução.....	78
5.1. A escola clássica e a transição punitiva: racionalidade e utilitarismo penal	79
5.1.1. Contexto histórico	79
5.1.2. As contribuições de cesare beccaria	80
5.1.3. O utilitarismo de jeremy bentham.....	81
5.2. A escola positivista e a busca pelas causas do crime.....	83
5.2.1. Contexto histórico	83
5.2.2. O pioneirismo de Cesare Lombroso (1835-1909)	84
5.2.3. O pensamento de Enrico Ferri (1856-1929)	85
5.2.4. O discurso sociológico de Raffaele Garofalo (1851-1934).....	86
5.3. Os novos saberes da sociologia criminal	87
5.3.1. As contribuições da Escola de Chicago	88
5.4. As teorias sociológicas e a transição para a criminologia crítica.....	90
5.4.1. A associação diferencial de Edwin Sutherland.....	91
5.4.2. As subculturas de Albert Cohen.....	92
5.4.3. O tratamento punitivo e a prisonização.....	92
5.4.4. As características da conduta desviante.....	93
5.4.5. A carreira desviante e o conceito de outsiders.....	94
5.5. A criminologia crítica e a mudança de paradigma	96
5.6. As criminologias pós crítica e as novas inquietações	98
Conclusão.....	100
Referências	100

CAPÍTULO 6 – A VÍTIMA NO CONTEXTO DA CRIMINOLOGIA E DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: PROTAGONISMO, DIREITOS E DESAFIOS 105

Fábio Rocha Caliri e Francini Imene Dias Ibrahin

Introdução.....	105
6.1. A vítima na criminologia	105
6.2. O ordenamento jurídico brasileiro e a vítima.....	108
6.3. A reparação do dano e as vítimas	112
Considerações finais.....	114
Referências	115

CAPÍTULO 7 – O OBJETO DA CRIMINOLOGIA – CRIME 117

Ademir Gasques Sanches Júnior

7.1. Crime e criminologia.....	117
7.2. Breve histórico do crime no mundo.....	117
7.3. Criminologia e o estudo do crime	119
7.4. O conceito de crime para o direito penal e para a criminologia.....	121
7.5. A ocorrência massiva do fato.....	122

7.6. A ocorrência dolorosa do fato	122
7.7. Persistência espaço-temporal do fato criminoso.....	122
7.8. A necessária interdisciplinariedade entre direito penal e criminologia no estudo do fenômeno criminoso	123
7.9. O crime como fenômeno normal na sociedade	123
7.10. O objeto da criminologia - criminoso.....	125
Referências	126

CAPÍTULO 8 – CONTROLE SOCIAL NOS DOMÍNIOS DO CONSENSO E DO CONFLITO..... 129

Édson Luís Baldan

8.1. Legitimação da intervenção penal	129
8.2. Bem jurídico como critério necessário, mas não suficiente de intervenção	131
8.3. As instâncias reflexivas do saber criminal.....	133
8.4. Crime como “mala in se” ou “mala prohibita”	135
8.5. A natureza definitorial do delito entre consenso ao conflito.....	137
8.6. Sistema de justiça criminal como instrumento da intervenção penal	141
8.7. Complexibilidade e problematicidade do subsistema policial.....	144
8.8. O modelo de polícia (para)militar	148
8.9. Movimentos de expansão das forças policiais militarizadas	152
8.10. Necessidade de descentralização e desmilitarização das polícias.....	155
8.11. “Guerra às drogas” e deformação do sistema de justiça criminal.....	158
8.12. Caso brasileiro: o risco de militarização da investigação criminal.....	161
Conclusão.....	165
Referências	169

CAPÍTULO 9 – O CONTROLE DO CRIME COMO SUBPRODUTO ESPERADO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SEGURANÇA PÚBLICA..... 175

Yuri Santana de Brito Rocha

Introdução.....	175
9.1. A evolução da criminologia	176
9.2. A gênese e os princípios básicos da justiça restaurativa	178
9.3. Procedimentos restaurativos nas polícias brasileiras.....	180
9.3.1. O centro de mediação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) instalado no Morro do Formiga (Unidade de Polícia Pacificadora) em Janeiro de 2011	181
9.3.2. O projeto mediar da Polícia Civil de Minas Gerais	182
9.3.3. A mediação realizada no 30º Distrito Pocial Civil de Fortaleza	183
9.3.4. Os núcleos especiais criminais da Polícia Civil no Estado de São Paulo (NECRIM's)	185
Considerações finais.....	188
Referências	193

CAPÍTULO 10 – SOCIOLOGIA CRIMINAL: TEORIAS CLÁSSICAS E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS 197

Samuel Silva Borges e Luana Ainoã Viana de Souza

Introdução e breve contexto histórico-intelectual do surgimento da sociologia e da teorização sobre a criminalidade.....	197
--	-----

10.1. Teorias sociológicas clássicas sobre criminalidade	200
10.1.1. Teorias ecológicas do crime e as disputas sociológicas na base da sociologia científica do EUA: W.E.B. Du Bois x Robert E. Park	200
10.1.2. Teorias da anomia e tensão	208
10.1.3. Teorias da desorganização social, da associação diferencial e das subculturas criminais	213
10.1.4. Teorias do desvio do estigma e da cifra oculta do crime	221
10.2. Reflexões contemporâneas: anomias da sociedade brasileira e possibilidades de uma etiologia crítica	225
Considerações finais.....	231
Referências	231

CAPÍTULO 11 – SELETIVIDADE PENAL E CIFRAS OCULTAS DA CRIMINALIDADE 233

Fábio Henrique Fernandez de Campos

Considerações iniciais.....	233
11.1. A produção das verdades como face da seletividade.....	235
11.2. Seletividade real e a consequente busca pelo inimigo	239
11.3. Seletividade e as cifras ocultas	241
Conclusão.....	243
Referências	244

CAPÍTULO 12 – EDWIN SUTHERLAND E A CRIMINALIDADE DE COLARINHO BRANCO 247

Ana Luiza Almeida Ferro

Considerações iniciais.....	247
12.1. Anotações sobre a teoria da associação diferencial.....	247
12.2. O delito de colarinho branco sob o prisma criminológico.....	253
Considerações finais.....	270
Referências	270

CAPÍTULO 13 – OPORTUNIDADE E CRIME: A PERSPECTIVA DA ESCOLHA RACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA PREVENÇÃO DO CRIME 273

Luís Flávio Zampronha

Introdução.....	273
13.1. Perspectiva da escolha racional	275
13.2. Conceitos centrais da teoria da escolha racional	278
13.3. Críticas à teoria da escolha racional	283
Considerações finais.....	286
Referências	288

CAPÍTULO 14 – AS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS BIOLÓGICAS..... 291

Ademir Gasques Sanches Júnior e Higor Vinicius Nogueira Jorge

Introdução	291
14.1. O homem delinquente	291

14.2. Estudos biológicos.....	293
Conclusão.....	300
Referências bibliográficas	300

CAPÍTULO 15 – A TEORIA ECOLÓGICA CRIMINAL E O CONTROLE DA CRIMINALIDADE NAS GRANDES CIDADES: O CONTROLE SOCIAL INFORMAL COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO CRIMINAL 301

Saulo Ramos Furquim

Introdução.....	301
15.1. A Escola de Chicago como marco da geografia do crime	302
15.2. A teoria dos círculos concêntricos: divisão do espaço crimínogeno em áreas de delinquência e desorganização social.....	305
15.3. A teoria dos espaços quentes (hot spots)	307
15.4. O controle social informal como freio social as condutas delitivas	309
15.5. A revitalização de espaços urbanos degradados como forma de criação de controle social informal	310
Conclusão.....	312
Referências	312

Parte II

CAPÍTULO 16 – CIBERCRIMINOLOGIA E OS DESAFIOS DO CONTROLE DO CRIME CIBERNÁTICO 317

Stenio Santos Sousa

Introdução.....	317
16.1. Da criminologia clássica à cibercriminologia.....	318
16.1.1. O longo percurso metodológico dos estudos criminológicos.....	319
16.1.2. O cenário criminológico na tardo-modernidade.....	321
16.2. A cibercriminologia e seus (possíveis) fundamentos teóricos	323
16.2.1. Evolução histórica da cibercriminologia.....	324
16.2.2. Relação com a criminologia tradicional	327
16.2.3. Uma definição preliminar para a novel cibercriminologia.....	328
16.3. Desafios no controle do cibercrime.....	330
16.3.1. Os sistemas de controle no contexto da cibercriminologia	331
16.3.2. Tipos de controle para o cibercrime	331
16.3.3. O enfrentamento repressivo ao cibercrime.....	334
Conclusão.....	336
Referências	338

CAPÍTULO 17 – AN INTRODUCTION: THE EXPLORATION OF THE POTENTIAL OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE POLICING OF ORGANIZED ENVIRONMENTAL CRIMES IN DEVELOPING NATIONS..... 341

Nathma Samie

Introduction	341
17.1. Artificial intelligence	342

17.2. Artificial intelligence and smart policing	342
17.2.1. Understanding artificial intelligence, machine learning, deep learning, convolutional neural networks and recurrent neural networks	344
17.3. Smart policing using machine learning	344
17.4. Predictive policing and algorithms	345
17.5. From big data to predictive policing algorithm to resolution generation	346
17.6. Predictive policing algorithms and preventative policing	348
17.7. Crime prevention theories and AI	349
17.8. Organized environmental crimes	353
17.9. Discussion: crime prevention, OEC and AI	354
Conclusion	358
References	358

CAPÍTULO 18 – TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E CRIMINOLOGIA: REPENSANDO A PREVENÇÃO E REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NA ERA DIGITAL 363

Vytautas Fabiano Silva Zumas

Introdução: a dupla face da tecnologia no combate à lavagem de dinheiro	363
18.1. Fundamentos criminológicos e tecnológicos	364
18.1.1. Teorias criminológicas relevantes	364
18.1.2. Aplicação de tecnologias na criminologia financeira	366
18.1.3. O futuro da segurança financeira com IA e <i>blockchain</i>	368
18.1.4. Avanços na tecnologia <i>blockchain</i>	368
18.1.5. Potencial da inteligência artificial	369
18.1.6. Integração de tecnologias	369
Conclusão: direcionando o futuro da segurança financeira	370
Referências	371

CAPÍTULO 19 – CRIMINOLOGIA VERDE: UM CONVITE A PENSAR COLETIVAMENTE ALÉM DO “HUMANO” 373

Karine Ágatha França, Júlia de David Chelotti e Marília de Nardin Budó

Introdução	373
19.1. Para além dos “crimes ambientais”: danos socialmente mediados e violência estrutural	375
19.2. Criminologia verde e crimes de poder: a necropolítica na atuação estatal-corporativa	381
19.3. Subvertendo a categoria de vítima: os limites das definições jurídicas para a compreensão dos danos ambientais	386
19.4. Futuro ancestral: contracolonizando o sistema de justiça através da memória	390
Conclusão	394
Referências	395

CAPÍTULO 20 – CRIMINOLOGIA E ECONOMIA: REFLEXOS E INFLUXOS RECÍPROCOS 403

Rodrigo L. Ziembowicz

Introdução	403
------------------	-----

20.1. A economia, o crime e a análise econômica do direito	405
20.2. A criminologia, a economia e a criminalidade econômico-financeira.....	411
20.3. A economia, a criminologia e as organizações criminosas	419
Considerações finais.....	429
Referências	432

CAPÍTULO 21 – A ECONOMIA DOS MERCADOS ILÍCITOS..... 439

Marco Antonio Jorge

Introdução.....	439
21.1. Mercados ilícitos: uma definição.....	440
21.2. A expansão dos mercados ilícitos	443
21.3. A dinâmica dos mercados ilícitos	445
21.3.1. O papel da violência	445
21.3.2. A atuação em redes.....	448
Considerações finais.....	451
Referências	453

CAPÍTULO 22 – ABORDANDO O CRIME ORGANIZADO DE MODO EFETIVO COM SEGURANÇA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS..... 457

Fernando Cafferata e Alberto Kopittke

Introdução.....	457
22.1. Situação da criminalidade organizada, os problemas, suas causas e efeitos nas américas.....	460
22.2. Altas taxas de homicídios e violência em áreas sob influência do crime organizado.....	460
22.3. Expansão do comércio ilícito que financiam atividades criminosas e geram violência, especialmente de substâncias ilícitas.....	461
22.4. Problemas de integridade e infiltração em do crime nas instituições estatais	463
22.5. Fortalecimento e operacionalização do crime organizado dentro das prisões	465
22.6. O que nos diz os problemas sobre o crime organizado	466
22.7. Estratégias que funcionam.....	466
22.8. Estratégias para combater as altas taxas de homicídios e violência em áreas sob influência do crime organizado.....	467
22.9. Programas com foco na polícia.....	467
22.10. Programas com foco no urbanismo.....	469
22.11. Programas com foco na melhora da regulação	469
22.12. Programas com foco em prevenção social e comunitária	470
22.13. Estratégia para combater a expansão do comércio ilícito que financiam atividades criminosas e geram violência, especialmente de substâncias ilícitas	471
22.14. Programas com foco nos mercados de droga.....	472
22.15. Programas com foco na inteligência financeira	472
22.16. Programas com foco na alternativa ao encarceramento.....	472
22.17. Estratégias para combater problemas de integridade e infiltração em do crime nas instituições estatais	473
22.18. Estratégia para combater estratégias para combater o fortalecimento e operacionalização do crime organizado dentro das prisões	475
22.19. Estratégias que não funcionam ou são pouco efetivas.....	477

Conclusão.....	479
Referências	480

CAPÍTULO 23 – A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E CRIME ORGANIZADO 483

Júlio César Matos de Oliveira

23.1. Introdução	483
23.2. Causas e consequências da corrupção	484
23.3. A corrupção e o crime organizado	489
23.4. A corrupção policial e o crime organizado	494
23.5. A corrupção política e o crime organizado	496
23.6. Perspectivas atuais e futuras.....	499
Conclusão.....	501
Referências	502

CAPÍTULO 24 – TRÁFICO DE PESSOAS E O COMÉRCIO ILÍCITO DE ÓRGÃOS 505

Fernanda Souza Cardoso

Introdução.....	505
24.1. O tráfico de pessoas e os aspectos básicos do crime organizado transnacional	506
24.1.1. Tráfico de seres humanos	507
24.1.2. Tráfico transacional de seres humanos	508
24.1.3. Principais causas do tráfico de pessoas	510
24.1.4. Aspectos do crime organizado transnacional e sua influência no tráfico de pessoas ...	511
24.1.4. Tráfico de pessoas no brasil e a “conexão ibérica”	513
24.2. Enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de comércio ilícito de órgãos: marco normativo internacional e o contexto brasileiro	513
24.2.1. Declaração de istambul e o comércio ilícito de órgãos.....	514
24.2.2. O Brasil e a Declaração de Istambul: Portaria 201/2012	515
24.2.3. Políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de comércio ilegal de órgãos no Brasil	516
24.3. O tráfico de pessoas para fins de comércio ilícito de órgãos no Brasil	517
24.3.1. A lei de transplantes e a criminalização do comércio de órgãos	518
24.3.2. O comércio ilícito de órgãos e a Constituição Federal de 1988.....	520
24.3.3. Comércio ilegal de órgãos no “mercado vermelho”	521
24.3.4. O caso paulo pavesi e a “máfia dos órgãos” em poços de caldas	523
Conclusão.....	525
Referências	527

CAPÍTULO 25 – PERSPECTIVAS DE COMPREENSÃO DO TERRORISMO NO BRASIL 531

Gabriel Haddad Teixeira

25.1. O processo de criminalização primária do terrorismo no Brasil	532
25.2. O crime de terrorismo e as propostas de reforma da legislação	536
25.3. A restrição do refúgio e a crimigração como potenciais efeitos reflexos da política gerencial de enfrentamento ao terrorismo	538

Considerações finais.....	540
Referências	545

Parte III

CAPÍTULO 26 – A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA: OS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA	551
---	------------

Marcelle Gomes Figueira

Introdução.....	551
26.1. Metodologia.....	553
26.2. Análise	555
26.2.1. Estabelecendo o fluxo de problemas: “como se constrói a percepção de que se deveria fazer algo a respeito dessa questão?”	555
26.2.2. O fluxo de soluções: propondo um sistema único de segurança pública.....	557
26.2.3. Analisando o fluxo político: a viabilidade política da agenda.....	560
26.3. Considerações finais.....	562
Referências	563

CAPÍTULO 27 – INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	565
--	------------

Priscila Carlos Brandão

Referências	582
-------------------	-----

CAPÍTULO 28 – INTELLIGENCE-LED POLICING: ESTRATÉGIA DE CONTROLE DO CRIME PARA A CRIMINALIDADE CONTEMPORÂNEA	585
--	------------

Waldek Fachinelli Cavalcante

Introdução.....	585
28.1. Alguns modelos de controle do crime (policing).....	586
28.1.1. Controle do crime reativo ou tradicional.....	586
28.1.2. Controle do crime orientado pela comunidade	587
28.1.3. Controle do crime orientado por problemas (problem-oriented policing-pop)	587
28.1.4. Tolerância-zero	588
28.1.5. Compstat.....	588
28.1.6. Controle do crime orientado pelo design do ambiente.....	588
28.1.7. Controle do crime baseado em evidências.....	589
28.1.8. Prevenção criminal.....	589
28.2. Inteligência	590
28.3. O intelligence-led policing (ILP)	592
28.3.1. Os desafios para a implementação.....	595
28.3.2. Dados, analistas, ferramentas e tomadores de decisão.....	597
28.3.4. Novas tecnologias e o intelligence-led policing.....	598
28.3.5. Perspectivas para o futuro do ILP	599
Conclusão.....	600

Referências	601
-------------------	-----

CAPÍTULO 29 – GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO NO CONTROLE DA CRIMINALIDADE 605

Marcello Doria Costa

Introdução.....	605
29.1. Governança e cooperação no cerne da criminologia	607
29.2. Governança no controle da criminalidade.....	616
29.3. Cooperação no controle da criminalidade.....	623
Conclusão.....	631
Referências	635

CAPÍTULO 30 – REFLEXÕES SOBRE O PAPEL E OS MODELOS DE CONTROLE DO CRIME DA POLÍCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 639

Luciano Loiola da Silva

Introdução.....	639
30.1. Reflexões sobre o trabalho policial e modelos de controle do crime empregados na sociedade contemporânea.....	640
30.2. As principais estratégias de policiamento e controle do crime empregadas pelas forças policiais brasileiras	647
30.2.1. Policiamento ostensivo	648
30.2.2. Policiamento orientado para a solução de problemas	650
30.2.3. Policiamento de proximidade ou comunitário.....	653
30.2.4. Policiamento preditivo ou orientado pelas informações	656
Bibliografia.....	662

CAPÍTULO 31 – A TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS COMO DISCURSO DE COMBATE À DESORDEM E OS EFEITOS NO SISTEMA PUNITIVO AMERICANO: CRÍTICAS E CONTRADIÇÕES 665

Marcos Aurélio Sloniak

31.1. O conceito de janelas quebradas	666
31.2. A correlação do medo com a desordem	670
31.3. A tolerância zero como pressuposto da ordem social	673
31.4. Os reflexos da ordem social no sistema punitivo americano	678
Conclusões.....	682
Referências	683

CAPÍTULO 32 – O QUE É O PERFIL CRIMINAL? 685

Verônyca Veras

32.1. Contextualizando o perfil criminal	686
32.2. Abordagens do criminal profiling.....	687
32.3. Classificações de crimes em série.....	689
32.3.1. Homicídios em série	689
32.3.2. Crimes sexuais em série.....	690

32.3.3. Incendiários e arrombadores em série	691
32.3.4. Eficácia do criminal profiling	691
32.3.5. Criminal profiling no Brasil.....	692
Considerações finais.....	693
Referências	694

Parte IV

CAPÍTULO 33 – SISTEMA CARCERÁRIO: UMA VISÃO DISTORCIDA DO SENSO COMUM..... 699

Gabriela Segarra

Introdução.....	699
33.1. Um breve histórico da construção do cárcere atual.....	700
33.1.1. Direito penal da antiguidade	700
33.1.2. Direito penal medieval.....	701
33.1.3. Direito penal humanitário	702
33.1.4. A Construção do cárcere atual	703
33.2. As correntes pró e contra o encarceramento.....	706
33.2.1. Os abolicionistas	707
33.2.2. Os minimalistas	708
33.2.3. Os garantistas	709
33.3. Os justificacionistas	710
33.4. Subcultura carcerária	710
33.4.1. A situação das mulheres encarceradas	713
Conclusão.....	717
Referências	718

CAPÍTULO 34 – O MERCADO VAREJISTA DE DROGAS EM SÃO PAULO NO CONTEXTO HEGEMONIA DO PCC: NOVAS DINÂMICAS DE MAXIMIZAÇÃO DO LUCRO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO..... 721

Camila Nunes Dias e Carlos Augusto Almeida

Introdução.....	721
34.1. O trabalho precário	730
34.1.1. O trabalho nas lojinhas.....	733
34.1.2. A gerência e a contabilidade das vendas	740
Considerações finais.....	744
Referências	746

CAPÍTULO 35 – SEGURANÇA PÚBLICA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: OS DIREITOS HUMANOS E O REFORÇO DA “CÁPSULA DE CONTENÇÃO” DO ESTADO DE POLÍCIA..... 749

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Introdução.....	749
35.1. Segurança pública e estado democrático de direito: a proteção dos direitos fundamentais como vetores da atuação punitiva estatal	751

35.2. Monitoração eletrônica no campo da segurança pública: uma efetiva resposta ao estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro?.....	758
Considerações finais.....	762
Referências.....	763

CAPÍTULO 36 – GARANTISMO E EFICIENTISMO PENAL: DISSENSO E CONVERGÊNCIA NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA URBANA..... 767

Cristina Zackseski e Evandro Piza Duarte

36.1. As respostas à insegurança urbana: garantismo e eficientismo penal	768
36.1.1. O eficientismo penal	771
36.2. O garantismo penal	775
36.3. A tolerância como diferença entre os modelos.....	777
36.4. Ambiente urbano e qualidade de vida: pontos de contato	785
Considerações finais.....	792
Referências.....	792

CAPÍTULO 37 – MULHER E CRIME: UM BREVE PANORAMA CRIMINOLÓGICO 797

Ana Gabriela Mendes Braga, Leticia Cardoso Ferreira, Luciana de Freitas e Mariana Pinto Zoccal

Introdução.....	797
37.1. Ponto de vista feminista como base epistemológica	798
37.2. O direito tem gênero?	801
37.3. Mulher e crime: alguns marcos na literatura criminológica	804
37.4. A “criminosa” nos discursos jurídicos.....	809
Notas finais.....	812
Referências.....	813

CAPÍTULO 38 – EXPANSÃO LEGISLATIVA DO CONTROLE PENAL NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS COMETIDAS CONTRA AS MULHERES..... 817

Luanna Tomaz de Souza

Introdução.....	817
38.1. Dos movimentos feministas à lei maria da penha: a construção de uma política integrada de enfrentamento às violências contra as mulheres	818
38.2. A expansão legislativa do controle penal: novos tipos e reformas permanentes	823
38.2.1. A criação de novos tipos penais relacionados às violências contra as mulheres.....	824
38.2.2. A reforma permanente da Lei Maria da Penha	826
38.3. A apropriação legislativa da pauta e os limites do controle penal.....	827
Considerações finais.....	830
Referências.....	832

CAPÍTULO 39 – A ESPIRAL DO SEGREDO E O DESCONTROLE NA FISCALIZAÇÃO DAS ARMAS NO BRASIL..... 835

José Leonardo Cavalcanti Magalhães

Referências.....	861
------------------	-----

CAPÍTULO 40 – CRIMINOLOGIA QUEER: INTERSEÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS ENTRE CRIMINOLOGIA CRÍTICA, TEORIA FEMINISTA E TEORIA QUEER* 867

Salo de Carvalho e Paula F. da Silva

Introdução.....	867
40.1. Crítica à heteronormatividade	868
40.2. Teorias feministas, interseccionalidade e corpos dissidentes.....	870
Considerações finais.....	873
Referências.....	874

CAPÍTULO 41 – CRIMINOLOGIA CRÍTICA SOB CRÍTICA: IMPASSES TEÓRICOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS 877

Mariana Gomes

Introdução.....	877
41.1. A criminologia crítica: origem e expansão.....	878
41.2. As principais críticas à criminologia crítica.....	881
Conclusão.....	884
Referências.....	885

CAPÍTULO 42 – PRIMEIRAS PALAVRAS, OU OS LIMITES ANALÍTICOS DE UMA CRÍTICA QUE NÃO LEVA A RAÇA A SÉRIO PARA A FORMAÇÃO DE UMA CRIMINOLOGIA CRÍTICA RADICAL: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO NEGRO CRÍTICO BRASILEIRO 887

Ygor Santos de Santana e Danilo dos Santos Rabelo

42.1. A quilombagem como virada paradigmática nos estudos sobre a população negra brasileira.....	890
42.2. “O Brasil teria de ser branco”: o sistema penal como mecanismo de barragem racial na formação do capitalismo dependente brasileiro	893
42.3. A crítica do movimento negro unificado à dicotomia presos comuns/presos políticos.....	899
Palavras finais	904
Referências.....	905

CAPÍTULO 43 – INTRODUÇÃO ÀS DINÂMICAS COLONIAIS NA FORMAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: A CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO COLONIAL 909

Evandro Piza Duarte e Marcos Vinícius Lustosa Queiroz

Introdução: a criminologia crítica diante do debate sobre os sentidos ambivalentes da modernidade	909
43.1. Redesenhando o mapa histórico de compreensão da emergência social no Brasil.....	912
43.2. Um exemplo: territorialidades alternativas, quilombos e produção da vida.....	916
43.3. Segundo exemplo: a cidade negra	920
Considerações finais.....	922
Referências	923